



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 176-178, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

ANÁLISE AMBIENTAL URBANO/REGIONAL E PERSPECTIVAS DE “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” NO ESTADO DO ACRE – CARACTERIZAÇÃO GEO-SÓCIO-AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA – ACRE (Relato de experiência)

Cláudio Roberto Da Silva Cavalcante, Maria Socorro de Oliveira Maia^{1*}

¹Professor(a) da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre,
Brasil. * socorromaia13@yahoo.com.br

Publicado em 2004, v.1, n.2, p139-141. Republicado em dezembro de 2019
DOI:

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados do IBGE, a população do Estado do Acre cresceu quase quatro vezes nas duas últimas décadas, estimando-se que para 2010 a concentração urbana esteja na faixa de 72% da população total do Estado. Esta concentração urbana acelerada tem como responsáveis imediatos a falta de oportunidades econômicas e sociais na floresta, a falta de investimentos e a instalação de grandes áreas de pastos. Todas as cidades do Estado do Acre estão perdendo poder na organização da vida urbana, necessitando que estudos sejam realizados nestes espaços urbano-florestais que possam apontar caminhos para o desenvolvimento econômico sustentável dessa região, através de ações/programas que possam propiciar uma gestão ambiental compartilhada entre Região, Floresta e cidade. Os dados aqui apontados são resultado de estudo realizado no município de Acrelândia, que apresenta uma economia diversificada e consideravelmente desenvolvida se comparada com a economia do restante dos municípios acreanos.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Acrelândia apresenta uma forma de organização diferente em relação aos demais municípios do Estado do Acre, e o seu processo de ocupação é o responsável por essa singularidade. A sua origem remonta ao período de assentamentos do INCRA, nas décadas finais do século passado, sendo sua população constituída, na sua maioria, por famílias de agricultores que migraram de outras regiões do país, principalmente do Sul e do Sudeste.

Acrelândia atualmente possui trinta e seis (36) associações de produtores rurais e uma cooperativa formada somente por mulheres. Estas associações e cooperativas se organizaram com o propósito de melhorar as suas condições de trabalho e manter uma relação mais direta com os órgãos públicos do município e do estado; ambas são cadastradas na junta comercial do estado e na prefeitura de Acrelândia. As mesmas se distribuem pelos vários ramais que dão acesso à zona rural do município.

Segundo os últimos levantamentos da prefeitura e de outros órgãos, como a FUNASA, Acrelândia tem uma população estimada de 12.501 habitantes, sendo que 70% deste total está na zona rural do município. Entretanto, pelo fato de recentemente ter ocorrido uma redefinição na demarcação fronteira dos municípios de nosso estado, essa população pode chegar a 14.000 habitantes, elevando assim ainda mais a porcentagem da população rural do município.

A economia local é bastante diversificada, tendo como principal base econômica a agroindústria, sendo também expressivo o setor madeireiro e o moveleiro que empregam aproximadamente 600 pessoas diretamente. A maioria das indústrias moveleiras tem seus móveis produzidos por escala e direcionados exclusivamente para o comércio de Rio Branco. A agroindústria é representada pelos laticínios instalados no município e os pequenos criadores de vacas leiteiras. No tocante à questão ambiental, o município tem tentado adotar uma política de desenvolvimento sustentável em todas as suas atividades econômicas. Os órgãos ambientais (IBAMA e IMAC) são bastante atuantes na região, coibindo as derrubadas. Existem registros que em um passado bem recente o município foi autuado por desrespeitar as leis ambientais do estado e todas as suas autorizações para o desmatamento foram canceladas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Município de Acrelândia/AC vem passando por um processo de organização, onde a questão ambiental, produto da relação sociedade/natureza, não apresenta ainda efeitos perversos.

Entretanto, considerando que a economia do município é basicamente desenvolvida na zona rural, esta região encontra-se inserida num processo de produção capitalista. Diante deste quadro e reconhecendo que existe uma forte contradição entre os princípios básicos do capitalismo e a preservação do meio ambiente, medidas devem ser adotados para que com o crescimento da população deste município e conseqüentemente do consumo, sejam controlados os níveis de degradação ao meio ambiente, pois como constata Casini (1975):

“não existe uma solução final, e não é a simples condenação da ciência nem da tecnologia que evitará a autodestruição da espécie pela destruição da natureza. A salvação do planeta e dos homens depende, antes, das mudanças nas relações entre os homens, e só poderá ser eficaz, ou não, se constituir um cálculo consciente, resultante de uma inteligência crítica que descubra as reais formas de organização política da vida, que institua uma nova sociedade no processo de produção, na organização do trabalho, que se estabeleça em novas bases de cooperação”.

Nesta linha de pensamento, pode-se afirmar que para ocorrer uma solução integrada dos problemas socioambientais, que por ventura venham a ocorrer na área estudada, faz-se necessário pensar uma gestão ambiental compartilhada em que a cidade e a floresta sejam vistas como parte de um mesmo processo social.

Evidentemente, fica claro que os municípios acreanos podem alcançar a sua sustentabilidade a partir do momento em que redesenharem e reconstruírem as suas funções.

4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CASINI, P. (1975). **As filosofias da Natureza**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes.